

[busca](#) [login](#)

Latin American  
**Utility Week**

Transamerica Expo Center  
São Paulo - Brasil

[Home](#) (/) / **Governo**

## Arsesp prepara regulamentação de biometano em São Paulo

### Propostas seguirão para consulta pública em outubro e incluem criação de mercado livre para biocombustível

[13.09.2016] 18h49m / Por Marcelo Furtado

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp) vai submeter até outubro à consulta pública suas propostas para criação de regulamentação da injeção de biometano na rede das distribuidoras de gás natural do estado paulista. O anúncio foi feito hoje (13/9) em workshop na sede da Arsesp em São Paulo.

Segundo Carina Couto, superintendente de regulação de gás canalizado da Arsesp, o planejado, após a publicação da consulta, é dar um prazo de até 30 dias para recebimento de sugestões dos interessados. Até o final do ano, estima, a agência terá analisado e absorvido as possíveis mudanças para então publicar a regulamentação.

Na sua avaliação, depois da regulamentação o próximo passo para poder fazer com que o biogás purificado (até cerca de 94% de metano) entre nas redes será a definição pelo governo estadual do percentual obrigatório de biometano a ser adquirido pelas distribuidoras de gás dos geradores. “Pelo menos quando houver a definição, já haverá uma regulamentação pronta para viabilizar as conexões”, diz.

No momento, o governo estadual está reorganizando comitê gestor de biogás (formado por membros da Arsesp e das secretarias estaduais) e grupos técnicos para criar uma política pública para fomentar o uso do biometano. A definição do percentual mínimo, segundo fonte envolvida com o tema, vai depender da discussão iniciada com a proposta de regulamentação, que envolverá todos os segmentos da cadeia, incluindo com destaque as distribuidoras de gás, diretamente afetadas pela possível implementação.

Segundo a mesma fonte, havendo consenso a obrigatoriedade do percentual mínimo pode ser até extinta, contrariando o que estabelece o decreto estadual 58.659/2012, a chamada política paulista do biogás. “Se não for viável, nada impede que o decreto seja modificado”, diz. A estimativa é dentro de alguns meses o governo definir qual será o caminho a ser tomado.

As concessionárias de gás de São Paulo temem a obrigatoriedade de incluir um percentual específico do biometano na rede por ficarem com o risco de todo o investimento e fornecimento. Para começar, são elas que precisam investir nas redes para conexão com as usinas, fornecendo gás natural e comprando biometano que hoje é até 20% mais caro do que o primeiro.

Outro problema é, havendo um percentual mínimo compulsório a ser injetado, elas precisariam incluir um equivalente de backup exigido pelas cláusulas dos contratos (take or pay, ship or pay), aumentando o custo operacional. Outro problema decorre do fato a geração de biometano não ser flat. Como as distribuidoras precisam cumprir seus contratos de fornecimento, em momentos imprevistos de queda no suprimento de biometano elas precisariam recorrer a mais gás natural, ultrapassando suas cotas contratadas e por isso sendo penalizadas.

O maior potencial no estado é na indústria sucroalcooleira. Segundo levantamento da subsecretaria de energias renováveis, as usinas teriam potencial instalado, com a digestão da vinhaça, resíduo da produção, para gerar 2.250 MW. O potencial do biogás de aterros seria de 201 MW (mais 154 MW com 24 projetos de MDL em curso), o de efluentes de estações de tratamento de esgotos (ETE) chegaria a 370 MW e de resíduos de criações animais de 440 MW.

Já para aproveitar o biogás de aterros e ETEs, há um entrave, já que a ANP não incluiu esses segmentos em sua resolução 8, de janeiro de 2015, que regulamenta o uso do biometano, limitando aos de origem agrossilvopastoris e comerciais. “Não temos segurança suficiente para permitir a injeção desse biogás gerado do esgoto e do lixo na rede, por conta dos vários contaminantes que existem em aterros e estações de tratamento”, revelou Marcela Flores, da ANP.

Isso não significa, porém, que a ANP não entenda a importância dessa solução para o setor de resíduos sólidos urbanos e esgotos domésticos. No momento, técnicos estudam os principais componentes que precisam ser controlados para determinar exigências aos geradores que injetarem na rede. Os contaminantes principais que são estudados são os siloxanos, os halogenados e os VOCs (componentes orgânicos voláteis).

Segundo a técnica, a preocupação é não só para evitar problemas operacionais e de manutenção da rede, mas também por conta dos possíveis riscos à saúde da população. “Não podemos esquecer que esse gás chegará na casa das pessoas”, alerta.

Entre as propostas para viabilizar o mercado de biometano está a criação de um ambiente de mercado livre, com tarifas negociadas entre os geradores e consumidores, nos moldes do que ocorre no setor elétrico, e que reforçaria o mercado e compensaria possíveis baixas no mercado cativo.

   (/feed/ultimas.xml)



Tweetar

Curtir



© Editora Brasil Energia. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo deste website sem a nossa autorização.

(/feed/ultimas.xml)